

UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE OS PARADIGMAS EDUCACIONAIS DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE) DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Taiza Lima da Cunha¹
Géssika Cecília Carvalho²

RESUMO

O artigo trata dos paradigmas educacionais inclusivos do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), no contexto do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Piranhas, no tocante às políticas educacionais e sociais na perspectiva inclusiva, tendo como objetivo contribuir para o fortalecimento da filosofia da diversidade como base do sistema educacional através do levantamento de educandos com Necessidades Educacionais Específicas e das ações desenvolvidas pelo NAPNE para a garantia da educação inclusiva. A pesquisa desenvolvida enfatiza a necessidade da elaboração de políticas públicas e escolares no contexto da valorização das potencialidades humanas e desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes atendidos pelo NAPNE, enaltecendo o compromisso do IFAL na defesa do direito inalienável de garantir uma educação pública de qualidade para todos e com todos, na qual se efetivam a inclusão e a inserção social verdadeiramente. A metodologia baseia-se em estudos bibliográficos e documentais relacionados à inclusão, da análise das respostas obtidas nos questionários distribuídos aos membros do NAPNE e do estudo dos dados obtidos no referido núcleo, evidenciado que a missão deste núcleo engloba os paradigmas educativos firmados na perspectiva de uma sociedade plural e inclusiva e que as ações desenvolvidas pelo mesmo ressaltam a importância de políticas públicas e educativas pautadas na diversidade e na dignidade da pessoa com algum tipo de deficiência.

Palavras-chave: NAPNE, Atendimento Educacional Especializado, Inclusão, Educação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo ratifica o compromisso social e educacional de desenvolvimento de contextos que corroborem com ações pedagógicas inclusivas e firmadas nos anseios de uma sociedade justa, humana e plural, tendo a educação como instrumento de indubitável relevância para o rompimento de barreiras excludentes e estigmatizadoras.

Para compreender dialeticamente sua importância é primordial avaliar a legislação vigente sobre inclusão, na perspectiva de educação holística e integrada para reflexão sobre os avanços nos aspectos sociais, culturais e para superação dos anseios apenas mercadológicos

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT-IFAL. Técnica em Assuntos Educacionais no IFAL, taizalc@hotmail.com.

² Doutora em Sociologia pela UFPB. Professora do Instituto Federal de Alagoas, gessikacecilia@hotmail.com.

da competitividade que são de reprodução tão latente na sociedade atual e retratados por teóricos clássicos, como Karl Marx (1998), especialmente quando este enfoca que nos modelos de produção os seres humanos são tratados apenas como meros objetos na garantia da lucratividade das fábricas e as classes trabalhadoras exploradas e marginalizadas ao realizarem atividades laborais de forma mecânica.

Além disso, é essencial compreender o processo de educação na perspectiva freiriana, pois Freire (1996) acredita na educação propedêutica como um caminho a ser trilhado para a sociedade futura tão almejada por Marx, onde camadas excluídas da sociedade devem ser conduzidas para horizontes de construção social e coletiva emancipatórios.

Ademais, cabe ressaltar que a educação é um reflexo da sociedade onde está inserida, a análise epistemológica sobre os modelos de produção (fordismo, toyotismo e taylorismo) retratam o papel dos sujeitos dentro desses modelos, sendo necessário buscar uma sociedade onde os trabalhadores e seus filhos possam desenvolver um olhar crítico sobre o capitalismo exploratório e sobre o papel da educação como espaço de conquistas democráticas e revolucionárias que conduzirão a mudanças sociais na superação de tendências pedagógicas tradicionalistas, em meio às quais cada indivíduo vale aquilo que produz, de forma que classificações e rótulos são legitimados.

Através da superação de tendências escolares estigmatizantes, deve brotar uma filosofia de cooperação, com o pressuposto da união como base do sistema educacional e na qual os oprimidos superem essa condição cruel de inferioridade e conformidade promovida pelo capitalismo, alavancando, assim, a derrubada dos muros do preconceito e desigualdades.

Para que a inclusão ocorra é necessário não apenas a inserção de alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEEs) no Instituto Federal de Alagoas (IFAL), sendo essenciais aspectos como o comprometimento da família, do corpo técnico, da equipe gestora e dos educadores, corroborando de forma integrada na prerrogativa de construção de uma sociedade e uma escola combativa e inclusiva.

Tendo como objetivo a construção de uma escola pautada na prerrogativa da inclusão, por meio das ações pedagógicas e sociais desenvolvidas pelo NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) e do levantamento dos educandos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Na perspectiva inclusiva as escolas atendem às diferenças, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar.

Compreender a politecnicidade tão levantada por Marx e Engels e a Escola Unitária (trabalho, ciência e cultura) de Gramsci nos aponta para um novo enfoque sobre o papel da educação dentro da sociedade capitalista e de como as escolas podem reproduzir as atividades fabris racionalizadas fazendo uma analogia entre produção material e conhecimento. As fábricas exploram seus trabalhadores e as escolas preparam seus pares para servir de mão de obra e, dentro desta prerrogativa, o capitalismo sangrento exclui, aprisiona e limita a produção do conhecimento em prol da produção em massa e da exploração da massa trabalhadora. Para as elites: o trabalho intelectual e; para as camadas subalternizadas: o manual, numa dicotomia que, tal como retrata Saviani (1999; 2007), amplia as diferenças na pirâmide social.

Trazendo essas reflexões para o contexto da educação das pessoas com NEEs pode-se constatar que as mesmas são consideradas improdutivas, tanto para alunos quanto para trabalhadores, de maneira que, nesta trajetória é necessário buscar por mecanismos que contrariem visões discriminatórias, fazendo com que a escola cumpra seu papel de educar a todos e não relativizar as pessoas com deficiência como sujeitos condenados à exclusão desenfreada.

A educação integrada é um caminho que pode ser trilhado no desenvolvimento das esferas intelectual, física e tecnológica, superando o fantasma das máquinas e compreendendo que a escola e a fábrica estão interligadas, aos operários se ensina a melhor forma de trabalhar e aos estudantes a de aprender, porém, a criticidade e a inclusão, geralmente, são abandonadas em meio a um contexto marcado pelo capitalismo devastador.

A luta de classes continua, ela está viva e enraizada na sociedade, cabendo às entidades educacionais promover espaços de aprendizagem que superem os estigmas do preconceito para com os alunos com NEEs e para que o trabalho promova a dignidade humana e não concretizem, simplesmente, a sua escravização.

Analisando o percurso histórico do atendimento destinado às pessoas com deficiência observa-se que este vem passando por inúmeras transformações. A primeira fase foi marcada pelo extermínio e abandono; a segunda fase pela segregação em asilos ou em instituições especializadas; a terceira fase foi marcada pela integração e a quarta fase tem como objetivo a inclusão destas pessoas nos diversos âmbitos da sociedade contemporânea.

Assim as pessoas com deficiência foram consideradas uma raça não humana, inúteis e sem valor social já que detinham os requisitos básicos para obtenção da sua cidadania, poucos são os estudos com relação aos sujeitos com deficiência intelectual anteriores à Idade Média, sendo muito comum, neste momento da história, a recorrência de atos como abandonar tais crianças em montanhas e florestas ou simplesmente atirá-las em rios e penhascos.

O século XVI é considerado como período da segregação das pessoas com deficiência em instituições. Nos séculos XVIII e XIX, foram criadas centenas de instituições na Europa e em países colonizados por europeus, quase todos de caráter assistencial e filantrópico” (FERNANDES, 2006, p. 23).

Tradicionalmente, a deficiência tem sido vista como um problema do indivíduo e, por isso, o próprio teria que adaptar-se à sociedade ou ser “transformado” por profissionais da reabilitação ou cura, assim, de qualquer que fosse a forma, ele deveria moldar-se para fazer parte da sociedade.

A educação inclusiva parte da necessidade de construção de novos paradigmas na área da educação que não se apoiem em políticas de normalização do ensino, mas que se baseiem no apoio a todos os inseridos no sistema educacional, onde os sujeitos com algum tipo de NEE possam redescobrir seu potencial que durante muito tempo foi desacreditado. Deve-se, portanto, refletir qual é o verdadeiro papel da escola na luta por uma sociedade inclusiva.

Cotidianamente é perceptível que na natureza não existe igual, sejam nas ações, nos sentimentos ou nos pensamentos, assim, as diferenças que marcam os indivíduos não podem ser consideradas como sinônimos de inferioridade ou superioridade e, por conseguinte, as escolas precisam transformar-se em ambientes democráticos adotando a diversidade como um valor educativo essencial.

A Educação Inclusiva é o resultado de transformações históricas que vem influenciando a educação contemporânea. Segundo Mrech (1999), este tipo de educação é resultado de profundas de quatro fontes básicas: a psicanálise, a pedagogia institucional, a desinstitucionalização dos manicômios e a luta pela legitimação dos direitos humanos.

No caso dos Institutos Federais, estes têm como uma de suas missões fomentar um processo ensino-aprendizagem para a formação cidadã, crítica e profissional alinhando a formação integrada e os anseios profissionais.

Assim, é necessário analisar o papel dos Institutos Federais, pois:

Derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana deve ser um dos objetivos fundantes dos Institutos. Sua orientação pedagógica recusará o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico e na formação profissional mais abrangente e flexível voltada para o mundo do trabalho e menos para a formação de ofícios, em um profissionalizar-se mais amplo que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos inclusive para as engenharias e licenciaturas. (PACHECO, 2019, p. 2).

Nessa perspectiva, Pacheco (2019) dimensiona que as políticas públicas e inclusivas direcionadas para a educação, sobretudo, para o nicho da educação profissional e tecnológica, evidenciam um processo intensificador da luta por construir uma nação que, sobre o paradigma da soberania, torne-se simultaneamente produtora e consumidora de ciência e tecnologia.

Em conformidade com Saviani (1998), os Institutos Técnicos Federais são, potencialmente, o exemplo com maior êxito no que diz respeito a instituições de nível médio que contêm raízes de uma educação que correlaciona e mescla a formação com base científica e o trabalho produtivo, visando instituir um modelo renovado de ensino médio, unificado, e que pode ser generalizado por todo o país.

No tocante à questão da Educação Especial nos Institutos Federais começou a ser fundamentada e trilhada ainda no começo do século XX, apesar de serem desenvolvidas atividades pontuais em alguns *campi* por todo o Brasil. Ademais, seu marco legal é o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (conhecido como Tecnep) (MENDES, 2017).

O Tecnep pode ser caracterizado como:

[...] uma ação coordenada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação que visa à inserção das Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNE – (deficientes, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino. (MEC, 2016, s/p).

Nascimento e Faria (2013) apontam que, com a operacionalização das estratégias do Tecnep, foi possível o desenvolvimento e a aquisição de materiais didático-pedagógicos especificamente elaborados para o público que necessita de inclusão e, também, a formação dos recursos humanos adequados e imprescindíveis para dar início ao atendimento especializado às pessoas com necessidades educacionais específicas, levando em consideração todas as suas particularidades e possíveis barreiras de ensino-aprendizagem.

O Tecnep, instituído a partir de meados dos anos 2000, encontrava-se expressamente vinculado à SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) e à SEESP (Secretaria de Educação Especial), ambas correlatas ao Ministério da Educação (VIANA; CARVALHO, 2017).

Ainda em concordância com Viana e Carvalho (2017), o intento central do Tecnep consiste em providenciar a consolidação dos direitos basilares e essenciais aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, sobretudo visando garantir o acesso de tais alunos aos cursos regulares e profissionalizantes compreendidos em meio ao escopo dos planejamentos pedagógicos dos Institutos Federais, em concomitância com a permanência de tal alunado no ambiente escolar (população historicamente caracterizada por grandes volumes de evasão escolar) e a sua colocação no mercado de trabalho com êxito.

Ademais, o Tecnep, enquanto parcela intrínseca da elaboração da política da educação inclusiva, também é responsável pelo incremento das atividades diretamente correlatas ao ensino, à pesquisa e à extensão (VIANA; CARVALHO, 2017).

Mendes (2017), dentre outras coisas, analisou os relatórios de gestão de diversos Institutos Federais brasileiros e, partindo deste estudo, destaca que não há detalhamento das atividades desenvolvidas com estudantes com NEE e, assim, mesmo que estas estejam sendo efetivadas plenamente, não há registro que possibilite uma análise, uma interpretação do que está sendo realizado e um gerenciamento mais amplo e complexo.

Em função das lacunas aferidas, Mendes (2017) esclarece que a Educação Especial desenvolve uma trajetória particular dentro de cada Instituto Federal, sobretudo pelo fato de que não há nenhum programa, projeto, ação, campanha ou iniciativa que incentive seu avanço, seguindo somente as leis vigentes como princípio norteador. Outro problema visualizado é a grande dificuldade das equipes de gestão encontrarem profissionais especializados em Atendimento Educacional Especializado (AEE) para serem contratados, associada à falta de oportunidades para formação continuada visando o melhor atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Complementarmente, os autores Krebs e Rocha (2017) destacam que, portanto, os Institutos Federais, através de atividades de gerenciamento educacional, devem direcionar seus trabalhos na procura de estratégias que efetivem os ideais de acessibilidade e a inclusão de estudantes com NEE, levando em consideração as etapas de ingresso, permanência, conclusão e inserção no mundo de trabalho e na sociedade como um todo, e apenas assim a instituição estaria consagrando seu compromisso de buscar a tão almejada sociedade mais justa, livre de preconceitos e inclusiva para todas as pessoas.

Por outro lado, Alves (2014) debate que um dos maiores paradigmas que são enfrentados acerca do processo de inclusão social nos Institutos Federais refere-se a sua crescente proximidade da *práxis* do ensino público federal com ferramentas de exclusão

social e, também, pelo idealismo dos pensadores sociais que defendem erroneamente estes conceitos e que visam por institucionalizar tal pensamento.

Portanto, é categórica a necessidade de que o discurso da inclusão sempre se renove, regenerando o saber limitado e debilitado, em constante estado de mutação. Ademais, pelo fato de que o mundo das ideias não caminha de forma estreita com as transformações econômicas, faz com que, atualmente, sejam encaradas diversas defasagens nas certezas e convicções, tornando-se possíveis de serem contestadas ou questionadas de forma recorrente (ALVES, 2014).

Alves (2014) ratifica como grande desafio para a garantia da inclusão de alunos com necessidades específicas nos Institutos Federais o enfrentamento da convivência com uma grande diversidade de forças ideológicas – Estado, sociedade, economia, paradigmas educacionais etc. – e com a função social característica das organizações escolares. Assim, as reflexões trazidas por Oliveira (2007) confirmam o compromisso com a educação holística:

A política inclusiva objetiva oportunizar a educação democrática para todos, considerando ser o acesso a ensino público de qualidade e o exercício da cidadania um direito de todos; viabilizar a prática escolar da convivência com a diversidade e diferenças culturais e individuais, e incluir o educando com necessidades educacionais no ensino regular comum. (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

Partindo desta perspectiva, há o entendimento de que um Estado mais disciplinador, na tentativa de trazer para o interior das instituições de ensino as necessidades e preocupações de toda a comunidade envolvida com pessoas com deficiência ou altas habilidades, imprime uma normatização e, simultaneamente, esvazia e despolitiza suas lutas e conquistas (ALVES, 2014).

O Estado democrático de direito tem a obrigação constitucional de garantir a equidade e, conseqüentemente, uma escola que se enquadre nos parâmetros inclusivos que agregue espaços de socialização, sensibilização, legitimação de projetos escolares que possibilitem aprendizagens significativas.

Com as estratégias especificamente aplicadas em meio aos Institutos Federais, verifica-se que os docentes possuem o sentimento de que estão mais completos e preparados para o oferecimento das adequações pedagógicas e didáticas necessárias para promover a acessibilidade curricular por completo, sendo estas uma realidade totalmente divergente das escolas públicas regulares, em que a maioria do corpo docente é formada por docentes bacharéis e tecnólogos que, majoritariamente, não possuíam qualquer tipo de preparação

pedagógica em sua graduação acerca da perspectiva da inclusão, sendo essencial, portanto, o desenvolvimento de formações e atualizações (LIRA, 2018).

A partir destas considerações é indubitável que o trabalho docente seja orientado por uma vertente educativa de cunho transformador e democrático. Logo,

A principal pauta a ser efetivada nos NAPNEs é a chamada “educação para a convivência”, defendida por tais núcleos em cada *campus* dos Institutos Federais, e a busca pelo desenvolvimento de práticas educativas direcionadas ao aprimoramento da inclusão de alunos com Necessidades Específicas frente à sociedade e, futuramente, no mercado de trabalho. (BRASIL, 2010, p.81).

Sendo assim, o NAPNE tem como objetivo e função institucional de garantir as condições necessárias para a acessibilidade física, didática, por meio de recursos e materiais adaptados e de um projeto pedagógico plural. Assim,

O NAPNE é um órgão de assessoramento e encontra-se ligado na Reitoria, a Pró-Reitoria de Ensino e em cada *campus*, diretamente a Diretoria de Ensino. O NAPNE, criado por Portaria em cada *campus*, é um setor consultivo, que responde pelas atividades de Educação, Tecnológica e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas na Rede Federal. Ao NAPNE caberá desenvolver ações de implantação e implementação como ferramenta de inclusão na Instituição e as políticas de inclusão, conforme as demandas existentes em cada *campus* e região de abrangência. (MOREIRA; LIMA, 2018, p. 1).

Como visto, o NAPNE nos Institutos Federais figura como um instrumento de aproximação da atividade docente com a realidade do alunado com Necessidades Educacionais Específicas, diminuindo perspectivas pessimistas e legitimando a necessidade de construção de metodologias ativas tão preconizadas por Zabala (2015), para estimular o desenvolvimento e as competências dos alunos com NEE.

Um marco que deve ser destacado como divisor de águas para inclusão dos educandos com NEE (Necessidades Educativas Específicas) é o surgimento e implantação do NAPNE nos Institutos Federais e, conseqüentemente, de seu processo no Campus Piranhas, desenvolvendo dentro do sertão alagoano uma nova perspectiva de educar dentro dos parâmetros pedagógicos e sociais condizentes com a valorização da diversidade humana como princípio básico na construção de uma escola democrática, humana e promotora de transformações interpessoais e intrapessoais.

METODOLOGIA

No tocante a abordagem, optou-se pela pesquisa qualitativa para compreensão holística de um determinado problema que se pretende investigar, analisando suas variáveis na dinâmica de contextos humanos e sociais no âmbito educativo e, por fim, proporcionando uma análise dialética e pedagógica referente ao objeto investigado.

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Alagoas, Campus Piranhas, que oferta cursos de Ensino Médio Integrado em Agroecologia e Agroindústria, Proeja em Produção de Alimentos e o bacharelado em Engenharia Agrônômica.

O objeto da pesquisa é a análise dos paradigmas educativos do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) junto ao atendimento aos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) dos cursos integrados, analisando seu papel no contexto da educação democrática, emancipadora e inclusiva e de suas ações dentro do IFAL, para superação dos estigmas e estereótipos segregacionistas que ao longo da História da Humanidade e, conseqüentemente, da educação conduziram esses sujeitos às margens da sociedade, excluindo estes do ensino regular e atribuindo aos mesmos um paradigma de subordinação, conformação e incapacidade.

Os participantes da pesquisa foram os integrantes atuais do NAPNE, totalizando quinze membros, tendo onze docentes e quatro técnicos que responderam a um questionário de perguntas abertas.

A etapa final da pesquisa foi composta pela análise dos questionários, dos estudos bibliográficos e documentais, e das ações efetivas desde a implantação deste núcleo na unidade escolar investigada, possibilitando uma análise de cunho pedagógico e social frente às demandas que este público necessita como aspectos relacionados à acessibilidade, adaptações de materiais pedagógicos, avaliações adaptadas às realidades de cada sujeito com NEE no que se refere a suas limitações físicas, cognitivas, comportamentais, visuais, auditivas, entre outras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na perspectiva de desenvolver uma pesquisa de cunho epistemológico e social com os membros do NAPNE do Instituto Federal de Alagoas, Campus Piranhas, intencionamos analisar o caráter do referido Núcleo na garantia de educação inclusiva, considerando seu papel e missão institucional diante dos paradigmas educacionais. Nesse sentido, a investigação foi realizada sob o olhar de um ensino omnilateral e holístico numa abordagem qualitativa de investigação.

Assim, os membros do NAPNE foram acionados para dar embasamento às análises levantadas e para compreensão das atividades desenvolvidas desde a implantação neste Campus para propiciar um olhar crítico sobre os avanços e necessidades primordiais para atendimento das NEE dos alunos. Nesse sentido, todos os membros receberam um questionário de perguntas abertas, contemplando questões que refletiram sobre a importância do NAPNE, as ações realizadas e sobre o acompanhamento dos educandos com NEE.

Acerca da avaliação da importância do NAPNE no Campus Piranhas por parte de seus integrantes, estes enalteceram a percepção de que o trabalho do Núcleo consiste em propiciar a inclusão de alunos com NEE's da melhor forma para o discente, considerando todas as suas particularidades e exigências e, sobretudo, preparando o referido Núcleo para a realidade que irá encontrar através de diversos instrumentos, como é o caso dos eventos dos mais diversos tipos e temáticas, como é o caso do evento "I Workshop: Educação Inclusiva", que ocorreu nos dias 11 e 12 de setembro de 2018, contando com expressiva participação da comunidade local, entre docentes e não docentes.

Neste ínterim, os autores Turqueti, Souza e Chinalia (2013) elucidam que, sem suporte especializado, os representantes do NAPNE correm o risco de promover a simplória integração, não atendendo às individualidades e anseios do alunado com NEEs numa tentativa errônea de se fazer valer o cumprimento e a efetivação de seus direitos fundamentais, que estão expressamente previstos na Constituição. Porém, isto não pode ser visto como inclusão e, sim, como uma simples inserção física e temporal, sem qualquer validade ou sinal de sucesso, uma vez que a escola tem uma função social a ser desempenhada para com seus alunos, não importando suas condições físicas, mentais ou intelectuais.

De forma geral, e segundo os membros do NAPNE, as atividades elaboradas e executadas pelo Núcleo estão pautadas sobre um objetivo em comum, que é melhorar a qualidade da experiência do educando com necessidades educacionais específicas mediante a relação professor-aluno e as práticas pedagógicas que são aplicadas em sala de aula, condição que implica na necessidade do conhecimento dos perfis dos alunos a serem atendidos pelo Núcleo e pela instituição como um todo.

Os trabalhos e as ações desenvolvidas no âmbito do NAPNE do Instituto Federal de Alagoas – Campus Piranhas se coordenam com as diretrizes e direcionamentos apresentados em meio ao texto da Declaração de Salamanca (1994), que dissecou a respeito dos valores que devem estar incutidos em meio a uma escola inclusiva, universal e construída para todos, que seriam:

Toda pessoa tem direito fundamental à educação com oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; As características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem são únicas; Os sistemas e os programas educacionais devem considerar a diversidade de tais características e necessidades; Pedagogia centrada no aluno com necessidades educacionais especiais no acesso à escola regular; Escolas regulares com meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias ao criar comunidades acolhedoras numa sociedade inclusiva com alcance da educação para todos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 10).

Em conformidade com Santos e Teles (2012), a Declaração de Salamanca de 1994, instituída na cidade de Salamanca (Espanha), é o marco de modificação do cenário da educação mundial no que diz respeito à inclusão. Tal documento foi elaborado com a intenção de descrever às nações mundiais a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas e educacionais de caráter igualitário para o atendimento de todos os indivíduos independentemente das condicionantes pessoais, sociais, econômicas e socioculturais que com eles se envolvam.

A referida declaração demonstra a real necessidade de todos os países de fortalecer os ideais da inclusão e valorização da dignidade humana, sendo um marco, pois todos os países que se fizeram presentes, inclusive o Brasil, se comprometeram a zelar por políticas públicas pautadas nos pilares da democracia e justiça social.

O princípio basilar das políticas educacionais inclusivas se fundamenta no pressuposto da igualdade de direito entre as pessoas, da educação de qualidade para todos, sem qualquer forma de discriminação e com respeito à diversidade individual para garantir acesso e permanência dos indivíduos até a conclusão de sua formação (SANTOS; TELES, 2012).

Atualmente são acompanhados pelo NAPNE do IFAL Piranhas uma totalidade de 53 alunos com NEE, distribuídos nas seguintes categorias: deficientes físicos (8 alunos, 15%), auditivos (13 alunos, 25%), visuais (5 alunos, 6%), intelectuais (24 alunos, 45%) e superdotação (3 alunos, 9%).

As principais dificuldades enfrentadas por este Núcleo se colocam sob a perspectiva da reunião de todos os agentes envolvidos na comunidade escolar para a resolução da exclusão das barreiras que fazem com que a inclusão escolar não ocorra com efetividade. Para a posterioridade, intenciona-se o desenvolvimento de ações pedagógicas para que todos possam participar eficazmente das reuniões do NAPNE e de demais órgãos fundamentados sobre a gestão escolar democrática e participativa.

Acerca da colaboração familiar, no sentido de acompanhamento e orientação das estimulações necessárias para o atendimento aos alunos com NEEs, observa-se uma lacuna a

ser dirimida, uma vez que os pais são verdadeiramente participativos no ambiente escolar, mas não há como haver um controle eficaz das ações executadas no contexto familiar, pois a grande maioria das famílias que convivem com indivíduos com necessidades educacionais específicas ainda são leigos acerca da estimulação para o incremento do desenvolvimento e, assim, devem ser realizados eventos voltados a esta perspectiva o quanto antes.

Observa-se, portanto, que para que a inclusão ocorra, é necessário não apenas a inserção de alunos com NEEs no IFAL. São essenciais aspectos como o comprometimento da família, do corpo técnico, da equipe gestora e dos educadores, contribuindo de forma integrada na prerrogativa de construção de uma sociedade e uma escola combativas e inclusivas.

Desta feita, é factível afirmar que, somente com a eliminação de tendências excludentes, de cunho estigmatizador e segregacionista, será possível construir uma educação que rompa com as barreiras da discriminação, dos rótulos de incapacidade, da falta de acessibilidade e humanização tão presentes ao longo da História da Humanidade.

De acordo com os dados coletados com os membros do supracitado Núcleo, é primordial o rompimento com estruturas arcaicas e reprodutivistas de educação e evidenciando que a implantação do mesmo já vem sendo de grande relevância para superação de paradigmas educacionais de cunho excludente.

Os resultados do questionário aplicado com os membros do NAPNE demonstraram como estes servidores estão compromissados em zelar pelas garantias legais e educacionais que são direcionadas em um patamar voltado para uma educação pautada em uma vertente histórico-social, que supere práticas tradicionalistas que valorizam os aspectos quantitativos em detrimento aos aspectos qualitativos, onde a educação é vista na ótica do capital e como instrumento de dominação, subordinação e reprodução.

Assim, é latente que a inserção deste núcleo fortaleceu a inclusão escolar e conseqüentemente social dos estudantes com NEE, trazendo para a comunidade acadêmica a compreensão desta realidade que ao longo da História da Humanidade ratificou estereótipos de incapacidade, insucesso escolar e inferioridade para esta parcela de alunos que necessitavam de um atendimento que atenda satisfatoriamente suas potencialidades, capacidades e limitações para que o paradigma da inclusão seja firmado e compreendido na sua dimensão epistemológica, sociológica e educacional.

O referido núcleo vem desenvolvendo atividades como seminários, grupos de estudos, reuniões periódicas e atendimentos individualizados junto aos alunos com NEE e do corpo docente para a legitimação de um espaço educativo pautado na valorização das pessoas com

deficiência e da democratização do acesso e sucesso escolar dos mesmos através de adaptações curriculares, avaliações individualizadas e do estudo de cada caso para a garantia de um atendimento multifuncional que possibilite o desenvolvimento biopsicossocial deste alunado.

O NAPNE é fruto de lutas processuais e contínuas para a construção de um paradigma educacional democrático, inclusivo e transformador, a partir deste pressuposto é notório que avanços significativos de caráter pedagógico e arquitetônico surgiram através das reivindicações deste núcleo e do compromisso da comunidade acadêmica de fomentar espaços acessíveis e dignos para todos que necessitem de ambientes adaptados. As respostas demonstraram engajamento e desafios diversos e que uma sociedade verdadeiramente humana indubitavelmente tem que ser inclusiva e a escola tem obrigação de possibilitar o atendimento específico as reais necessidades cognitivas, sensoriais, emocionais, físicas para todos os discentes que assim necessitarem.

Um longo caminho precisa ainda ser trilhado para que o NAPNE cumpra satisfatoriamente o seu papel, mas é inegável que desde sua implantação avanços consideráveis foram conquistados, havendo estudos dirigidos, palestras, semanas de conscientização e reuniões entre seus membros e comunidade acadêmica. O suporte que ele oferece não somente aos alunos com NEE, mas também as famílias, docentes e técnicos são indispensáveis para que o IFAL possa possibilitar uma educação pública, crítica, renovada e pautada nos pilares da diversidade como base do sistema educativo gerando espaços inclusivos, adaptações curriculares, atendimentos individuais e multifuncionais, mudanças estruturais de acordo com o estatuto da pessoa com deficiência e por meios destas ações desempenhando um papel relevante dentro de uma contexto escolar que ao longo dos tempos teve a integração e segregação como frutos da ignorância e de práticas educacionais e sociais firmadas no determinismo biológico, na incapacidade, no negativismo e na separação como elementos ratificados por concepções errôneas sobre as NEEs.

Os dados obtidos pela pesquisa diagnóstica ratificam a relevância de ampliação do núcleo, de atividades pontuais e constantes para garantia da inclusão, que os membros devem ter horários fixos para atuação neste núcleo e não apenas atendimento eventual, portanto os dilemas e anseios para a efetivação de uma escola inclusiva passam sem dúvida por mudanças atitudinais, escolares e físicas para que os alunos não estejam apenas integrados, mas de fato incluídos.

Assim ficou demonstrado que a implantação do núcleo no Campus Piranhas possibilitou avanços gradativos nos aspectos humanos, didáticos, pessoais e educativos diante

da demanda de atender dignamente os estudantes com NEE da instituição investigada, sendo um divisor de águas para fortalecimento dos paradigmas da inclusão. O mesmo desde a sua implantação vem fomentando ações pedagógicas que priorizam as inteligências múltiplas e a pedagogia libertária, associando as metodologias ativas juntamente com reuniões periódicas com a equipe do NAPNE, palestras, vídeos, campanhas e atendimentos individuais com os discentes com NEE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática a respeito da visão sobre as pessoas com NEEs vem desde a Idade Média atribuindo rótulos de valor social, incapacidade, demência e sub-raça, legitimando extermínios, assassinatos e abandono dos sujeitos considerados deficientes. Ao longo da História da Humanidade e da evolução das ciências humanas, exatas e sociais começou-se a dar um novo enfoque aos termos e classificações de normalidade e anormalidade.

Como Gramsci aborda a racionalização do trabalho é possível observar que os sujeitos com NEEs não se enquadram nesta divisão, pois, não tem valor social e condições de produzir satisfatoriamente, só na perspectiva de superação de tendências e práticas de exclusão é que pode-se, de fato, compreender como a sociedade capitalista legitima modelos e padrões a serem seguidos e aqueles que não se adequam, são colocados às margens.

Compreender as relações entre sociedade, escola e modos de produção é condição *sine qua non* para se conquistar um ambiente social onde os seres humanos sejam tratados dignamente independente de suas limitações cognitivas, físicas, emocionais e não sendo apenas vistos como mão de obra à serviço do capital.

As escolas podem ser gaiolas ou espaços que possibilitem voos como bem disse Rubem Alves, assim, o NAPNE surge nessa prerrogativa de prover a inclusão dentro do IFAL e que ultrapasse essas barreiras históricas, arquitetônicas, humanas e sociais de exclusão e desumanização. Onde rótulos e classificações sejam substituídos por dignidade e promoção da diversidade como base do sistema educacional.

O dualismo exclusão X inclusão vem desde a Antiguidade trazendo para a humanidade concepções a respeito da deficiência e conseqüentemente do modo como ao decorrer dos processos históricos a educação reproduziu as visões de uma determinada época e que inegavelmente trouxeram estigmas frutos de alienação, extermínios, concepções equivocadas e desprovidas de cientificidade e humanização.

A escola reflete a sociedade na qual está inserida e as ações destinadas para o atendimento aos sujeitos com algum tipo de deficiência demonstram que assassinatos, abandonos, violências em manicômios, atendimentos separacionistas são resultantes de concepções carregadas de preconceito, de discriminação, de desumanidade, de senso comum e estas ações reproduziram uma educação que durante um longo período foi marcada pela rotulação, segregação e tratamento inferior. Com o advento do Cristianismo a sociedade começou a tratar tais sujeitos como seres possuidores de alma, o que não aconteceu na Idade Média e estas concepções foram reproduzindo tendências de classificar as pessoas como raças superiores e inferiores.

A inclusão não é tarefa fácil, não tem receitas prontas, não é consolidada somente por leis, decretos, convenções, ela é um paradigma que deve ser diariamente buscado, desejado e consolidado para que se possa construir espaços escolares que englobem os ideais de escola humana, livre, justa, fraterna e que os muros do insucesso escolar, da rotulação possam ser gradativamente substituídos por espaços de socialização, conscientização, inclusão.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. R. J. O discurso da inclusão escolar nos institutos federais. In: SEMINÁRIO INTEGRADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO IFC, 2., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: SIEPE/IFC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria MEC/SETEC nº 29**, de 25 de fevereiro de 2010. Disciplina a forma de operacionalização da Ação Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – TEC NEP. Brasília: MEC/SETEC, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca-Espanha: 1994.

FERNANDES, Sueli. **Diretrizes curriculares para a Educação Especial**. Campo Largo: Secretaria Municipal de Educação, 2006 (texto preliminar).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

IFAL – Instituto Federal de Alagoas. **Resolução nº 45/CS**, de 22 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE – do Instituto Federal de Alagoas – IFAL. Maceió: IFAL, 2014.

IFAL – Instituto Federal de Alagoas. **Resolução nº 85/DG**, de 25 de novembro de 2018. Designa o quadro de servidores para compor o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE. Piranhas: IFAL, 2014.

KREBS, J. R.; ROCHA, M. A. M. O compromisso dos Institutos Federais com a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos: retrato da situação educacional no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 1., 2017, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: SLBEI, 2017.

LIRA, J. T. **Avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva: o olhar dos docentes do Campus APODI do IFRN**. 2018. 28 f. Artigo Científico (Graduação em Pedagogia à Distância) – Curso de Pedagogia à Distância, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Parnamirim, 2018.

MARX, Karl. Manifesto do partido comunista. **Estudos avançados**, vol. 12, nº 34, p. 7-46, 1998.

MEC – Ministério da Educação e Cultura. **Tecnep**. Publicado em: 29 nov. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proinfancia/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/12779-programa-tec-nep>. Acesso em: 14 abr. 2019.

MENDES, K. A. M. O. **Educação especial inclusiva nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia brasileiros**. 2017. CLXV, 165 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2017.

MOREIRA, H. B. C.; LIMA, A. S. Núcleo de apoio a pessoas com deficiência na educação inclusiva e seus desafios. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: CINTEDI, 2018.

MRECH, L. M. **Educação Inclusiva: Realidade ou Utopia?** Apostila produzida para a Mesa-Redonda do LIDE-USP. São Paulo: LIDE-USP, 1999.

NASCIMENTO, F.; FARIA, R. A questão da inclusão na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, a partir da ação TEC NEP. In: NASCIMENTO, F. C.; FLORINDO, G. M. F.; SILVA, N. S. (Orgs.). **Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Brasília: IFB, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15-45.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. MEC/SETEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/osinstfedera.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

SANTOS, A. R.; TELES, M. M. Declaração de Salamanca e educação inclusiva. In: SIMPÓSIO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 3., 2012, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 12, nº 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

TURQUETI, A.; SOUZA C. B. G.; CHINALIA B. Diversidade, deficiência, autonomia escolar: de volta ao começo? In: MARTINS, S. E. S. O.; GIROTO, C. R. M.; SOUZA, C. B. G. (Orgs). **Diferentes Olhares Sobre a Inclusão**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

VIANA, M, R. G. S.; CARVALHO, G. C. O NAPNE como facilitador no processo de inclusão dos institutos federais: campus MURICI em foco. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2017, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: CONEDU, 2017.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. 11. ed. São Paulo: Penso, 2015.